

Discurso do Reitor na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra  
2016/09/21

Quero começar por saudar os novos alunos. A sua chegada, aos milhares, faz parte de uma contínua renovação da natureza. É um fenómeno tão profundamente inscrito na nossa matriz como seres vivos que basta uma breve reflexão sobre o significado dessa chegada para sentirmos um arrepio de comoção. É como o desabrochar das flores na primavera, quando toda a vida se renova. É a esperança vinda deste contínuo renascer que nos dá a confiança de que precisamos para sorrir e seguir em frente, tentando sempre melhorar as coisas, porque vale a pena.

É este influxo anual de energia nova que constitui a grande vantagem das universidades em relação a outras instituições de criação de saber. Os laboratórios de empresas, do Estado, de outras instituições, por muito afinada que tenham a sua política de contratação, acabam por estabilizar e estiar, porque quem lá está acomoda-se e a inspiração não é inesgotável. O arrojo, o entusiasmo, os sonhos dos novos estudantes, até a sua ignorância e inconsciência, são ingredientes essenciais do progresso do conhecimento. É por isso que todas as tentativas de separar a investigação científica das universidades acabam inevitavelmente por falhar.

Mas quero também, naturalmente, saudar ...  
<vocativo>

Sendo a minha última intervenção solene durante o atual mandato do Conselho Geral, quero agradecer enfaticamente a todos os seus membros, pois se a Universidade de Coimbra tem conseguido encontrar um caminho sólido no meio das dificuldades destes tempos muito a eles se deve. Um agradecimento muito especial ao Doutor Emílio Rui Vilar que, como Presidente do Conselho Geral, tem tido um desempenho notável, bem revelador das razões que o levaram a ter uma carreira tão brilhante.

Já começa, aliás, a ser possível fazer um balanço do impacto da aprovação em 2007 do novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e, na minha opinião, um dos seus aspetos mais positivos foi a introdução de elementos externos à universidade no Conselho Geral, numa percentagem minoritária mas relevante. Trazem uma perspetiva muito mais liberta das pequenas disputas internas que tantas vezes nos dificultam a identificação do que é essencial. A Universidade de Coimbra tem sabido escolher pessoas de grande qualidade para estas funções, e estas têm tido a generosidade de dedicar uma parte importante do seu tempo a ajudá-la a encontrar um rumo para os próximos 726 anos, sem qualquer retribuição que não seja o prazer de um dever bem cumprido.

É de profunda justiça reconhecer publicamente, em particular, a total dedicação do Prof. Mário Ruivo que, apesar de viver em Lisboa e de as suas atuais condições de saúde o obrigarem a deslocar-se em cadeira de rodas, fez questão de estar presente na mais recente reunião do Conselho Geral, na segunda-feira passada. Mas permitam-me que nomeie também, por ordem alfabética, todas as outras personalidades externas deste mandato do Conselho Geral: António Hespanha, Clara Ferreira Alves, João Mota, Jorge Vasconcelos, José Ricardo Rodrigues, Luís Gomes da Costa, Luís Reis, Maria de Belém Roseira, Maria João Seixas, Mário Santos, Teresa Tito de Moraes. O nosso público reconhecimento.

### Olhar para a UC

A primeira prioridade das universidades portuguesas no momento atual é o rejuvenescimento do corpo docente. Os cortes orçamentais, que já duram há mais de 10 anos, foram absorvidos essencialmente não substituindo quem saiu por aposentação, pelo que a idade média dos professores está agora bem acima dos 50 anos. Como a deriva negativa das verbas vindas do Estado continua, não é nelas que podemos encontrar alívio. É às nossas próprias forças que temos de recorrer.

Felizmente na Universidade de Coimbra conseguimos encontrar novas receitas com perspectiva de se manterem para muitos anos, e portanto capazes de suportar contratações de longo termo. São principalmente as trazidas pelos estudantes internacionais, seguidas dos proventos do turismo, que estão a conseguir compensar os novos cortes e permitem planear numa base de estabilidade orçamental.

É assim com enorme satisfação que anuncio que na Universidade de Coimbra terminou o regime de saídas sem substituição. Foi aprovada já este mês no Senado e no Conselho Geral uma política de contratação de docentes que reintroduz o princípio, abandonado há mais de 10 anos, de substituição dos docentes que saem por docentes novos. Estimo que o ritmo de abertura de novos concursos vá mais do que duplicar já no próximo ano, em relação ao que tem ocorrido, quer para entrada de novos professores auxiliares quer para lugares de catedrático e associado, pois vamos passar a utilizar toda a margem salarial de quem se aposenta para abrir concursos.

Iremos ainda mais longe. Graças ao notável desempenho da administração da Universidade, recuperámos em pouco mais de um ano muitos milhões de euros de verbas de projetos que estavam pendentes por falta de prestação de contas e encerramento formal desses projetos. Este dinheiro permite antecipar os concursos para cerca de dois anos antes das aposentações se consumarem. Descontado o tempo de concretização dos concursos, passa a existir assim pelo menos um ano de coexistência entre quem sai e quem entra, algo que é muito importante para a transmissão direta de conhecimento entre diferentes gerações de docentes e investigadores.

Mas tenhamos os pés bem assentes no chão. As dificuldades não desapareceram. A falésia demográfica todos os anos fica mais próxima. Entre 2020 e 2030 o número de jovens com 18 anos vai baixar mais de 20%. É enorme. O concurso nacional de acesso deste ano, onde tivemos um bom desempenho, aumentando um pouco a taxa de preenchimento de vagas, expõe tendências mais profundas. Repare-se que, apesar de ter havido um aumento do número global de candidatos, todas as universidades de zonas de muito baixa densidade tiveram menos jovens colocados que no ano anterior. Portugal está cada vez mais concentrado nas duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Mais do que nunca, temos de ser capazes de atrair estudantes de longe. Isso só é possível se formos uma Universidade de superior qualidade, que se distinga das outras e justifique a deslocação dos estudantes para Coimbra, à procura das melhores condições de aprendizagem.

O primeiro fator para essa qualidade muito elevada é a qualidade dos próprios docentes. Os novos concursos que se vão abrir têm de ser muito bem aproveitados para que só contratemos professores de grande nível internacional, ou com claro potencial para atingir esse nível. Se num concurso houver muitos candidatos mas nenhum atingir esse patamar, o concurso deve ficar deserto e ser aberto de novo mais tarde. A avaliação ao fim do período experimental, por seu turno, tem no mínimo de manter a exigência dos concursos, verificando se a expectativa que se teve, ao selecionar esse docente no concurso em que entrou, se concretizou ou não. O novo Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente da Universidade de Coimbra é uma arma poderosa para vencermos este desafio.

O segundo fator mais importante para essa qualidade é a eficiência e a eficácia da nossa organização interna. Muito do potencial do nosso atual corpo de professores e investigadores está por realizar. Temos de lhes permitir concentrarem-se nas suas missões centrais, libertando-os de tarefas que outros podem executar. Temos de aproveitar melhor os recursos disponíveis. A melhoria contínua tem de ser uma filosofia base do nosso funcionamento. O forte progresso que a administração tem vindo a registar deve ser aplaudido, ajudado e aprofundado. É nele que

depositamos muita da nossa esperança de futuro, é ele um dos nossos desafios mais centrais. Só conseguiremos aceder a mais recursos se formos muito bons a usar aqueles que já temos.

Dedicarei à resposta a estes desafios todo o meu empenho. O futuro da Universidade de Coimbra é o da qualidade muito elevada. É um caminho altamente exigente pelo que, se o soubermos trilhar, distinguir-nos-emos seguramente no panorama global do ensino superior, pois muito poucos nos conseguirão acompanhar.

Felizmente temos conseguido avanços em muitas vertentes da nossa atividade, pelo que não as posso aqui nomear todas. As condições físicas continuam a melhorar: este é o ano letivo em que a subunidade 3 da Faculdade de Medicina entra em funcionamento, em que o Colégio da Trindade vai ser ocupado pela Faculdade de Direito, em que o Instituto Nacional de Medicina Legal libertará o espaço que ocupa no edifício do polo I da Faculdade de Medicina, em que a requalificação do Jardim Botânico se vai consumir, esta numa colaboração muito frutuosa com a Câmara Municipal de Coimbra, em que a renovação do Teatro Académico Gil Vicente se vai completar.

Continua a requalificação do estádio universitário, mas principalmente está em curso uma profunda mudança na organização do Desporto. Estou seguro que o Desporto se vai tornar num grande fator de atração de estudantes para Coimbra, que os jogos europeus universitários de 2018 vão ser um enorme sucesso (é bom recordar que vai ser o maior evento multidesportivo de sempre em Portugal), que vamos conseguir que muitos mais estudantes tenham atividade desportiva, e que grandes resultados desportivos surgirão durante muitos anos. Quero aqui realçar o papel empenhado e construtivo que o presidente da Direção Geral da Associação Académica, José Dias, tem tido neste processo de reorganização, que era necessário já há tantos anos.

Um palavra de grande apreço é também devida ao setor do Turismo, que com um profissionalismo e dedicação notáveis tem conseguido aumentar a atração da Universidade de Coimbra, e conseguido responder a um grande crescimento da procura que, realce-se, já não está confinada à Biblioteca Joanina. O Museu da Ciência, em particular o Gabinete de Física e a Galeria de História Natural, estão já a receber milhares de visitantes, muitos dos quais não visitam a biblioteca. É uma diversificação crucial para a sustentabilidade do afluxo de turistas à Universidade de Coimbra, à cidade e à própria região. O entrosamento crescente com a Câmara Municipal de Coimbra e com a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal são fulcrais neste esforço, e aqui as quero agradecer.

Este é também o ano em que os Serviços de Ação Social fazem 50 anos, no próximo mês de novembro. Os SASUC são mais um motivo de orgulho para todos nós, algo que justifica que muitos estudantes escolham a Universidade de Coimbra.

### Olhar para o país

Perguntam-me muitas vezes como avalio a situação atual do país no que diz respeito ao ensino universitário.

Entendo que é profundamente positivo o acordo recente entre o CRUP e o Governo que garante estabilidade das dotações do Orçamento de Estado nos próximos anos. A previsibilidade plurianual é essencial para se poder planear uma melhor utilização dos recursos disponíveis. O grande aumento de concursos de professores, que anunciei há pouco, não seria possível sem esse cenário de estabilidade. Mas a nível orçamental não há qualquer alívio, para além dos reforços para cobrir o fim das reduções salariais, que são inteiramente de saudar. De facto os cortes continuam, apenas mais indiretos. É a constituição de um "fundo de desequilíbrio" retirado das dotações de todas as

universidades para acorrer a situações orçamentais mais difíceis em alguma universidade, é o congelamento das propinas sem contrapartida orçamental, é o abaixamento do horário de trabalho para as 35 horas sem haver dinheiro para contratar mais pessoas que façam o que deixa de ser feito, é a passagem de bolsiros pos-doc a investigadores a termo, com custos muito mais elevados e novamente sem compensação orçamental, o que vai inevitavelmente aumentar o desemprego científico, pois com o mesmo dinheiro vamos conseguir contratar menos pessoas.

Vejo ainda um aumento da burocracia na execução dos fundos regionais. O emaranhado de regras e restrições é de tal ordem que poucos projetos válidos conseguem passar o crivo. Por exemplo, inventou-se uma notável figura, a dos mapeamentos. São abertos concursos em que todos podem concorrer, mas só podem ser aprovados os projetos que estiverem mencionados nesses "mapeamentos". Nem sei para que se dão ao trabalho de abrir concursos. Um grupo de pessoas, tipicamente em Lisboa, achou que tinha a chave para o desenvolvimento do país e que, avançando apenas os projetos que colocaram numa lista, o progresso do país estaria assegurado. Como se mais ninguém em Portugal pudesse ter boas ideias e boas iniciativas, para além desses iluminados.

Verifico também que se continua a desrespeitar profundamente o princípio da adicionalidade, segundo o qual os fundos estruturais deveriam ser gastos apenas nas regiões menos desenvolvidas, *adicionalmente* aos fundos que o próprio país lá conseguisse investir. Não é isso que acontece em Portugal. Os projetos das regiões menos desenvolvidas são financiados pelos fundos regionais, quando é elegível e com uma carga burocrática imensa, e o Orçamento de Estado é distribuído proporcionalmente muito mais para Lisboa, com o argumento de que lá não têm acesso aos fundos, como se a ideia não fosse precisamente dar mais dinheiro a quem está menos desenvolvido, para que recupere do atraso. Na área da ciência, por exemplo, foram gastos no quadro comunitário anterior cerca de dois mil milhões de euros. Em programas especificamente para as regiões em nome das quais o dinheiro é entregue a Portugal, apenas a ridícula quantia de 50 milhões. Assim as assimetrias de desenvolvimento não vão desaparecer, e no final do quadro comunitário ainda vão atribuir a culpa às regiões menos desenvolvidas, dizendo-lhes que tiveram tanto dinheiro e que não o souberam aproveitar. É maquiavélico.

Um das maneiras subtis, mas muito eficazes, como os fundos estruturais são retirados das regiões menos desenvolvidas e transferidos para Lisboa é a localização da gestão dos próprios fundos. Com uma burocracia tão pesada é imenso o número de pessoas envolvidas na gestão, nas auditorias, nas consultorias, nas inspeções e tudo o mais relativo à administração dos fundos. Quase todas estas estruturas, que consomem largas centenas de milhões de euros, estão localizadas em Lisboa. Não há nenhuma racionalidade nisto. Percebe-se aliás afinal a vantagem do aumento da burocracia: quanto maior for mais empregos se criam em Lisboa.

Porque nada impede que o Estado coloque a gestão do COMPETE por exemplo em Bragança, a gestão do Programa de Inclusão Social e Emprego por exemplo em Faro, a gestão do Programa de Capital Humano por exemplo na Guarda, o Programa de Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos por exemplo em Coimbra, o Programa de Desenvolvimento Rural por exemplo em Portalegre, o Mar 2020 por exemplo em Aveiro, etc, etc. Mas a sério, não a brincar, como fizeram com o Portugal Inovação Social, o mais pequeno dos programas, que foi anunciado como vindo para Coimbra mas nunca chegou a ter sede fora de Lisboa, mantendo uma pequena equipa em Coimbra numa sala da CCDRC só para "inglês ver". Aliás, as Comissões de Desenvolvimento Regional, a quem só é permitido administrar cerca de um quarto do dinheiro a que as regiões têm direito, são igualmente vítimas deste centralismo e desta burocracia.

Lembro aliás, neste contexto, uma pergunta que tenho vindo a fazer: porque têm de estar todos os Tribunais Superiores em Lisboa?

Mas não me interpretem mal. Os problemas que acabo de apontar são bem reais, e são de facto entraves graves ao nosso desenvolvimento, mas eu continuo profundamente otimista em relação ao futuro da Universidade de Coimbra. Estes problemas tornam-nos o caminho mais difícil do que precisava de ser, mas nós vamos conseguir, mesmo assim. Porque o futuro da nossa Universidade depende cada vez mais de nós próprios, conforme o Estado vai contribuindo menos, e eu tenho profunda confiança nas nossas próprias forças.

Verdadeiramente indispensável é que seja cumprida a parte do acordo entre o CRUP e o Governo, onde este promete mais autonomia para as Universidades. Precisamos que nos empatem menos, já que não nos resolvem os problemas. Estaremos particularmente atentos à proposta de Lei de Orçamento de Estado que o Governo apresentará em breve na Assembleia da República.

### Olhar para o mundo

A Universidade de Coimbra não é só de Portugal, é do mundo. É esse o palco que nos importa, é aí que temos de provar todos os dias a nossa valia. Somos guardiães do local onde Portugal nasceu, cultores primevos da língua e da cultura portuguesas, mas somos património da humanidade inteira. É esse o nosso orgulho e a nossa responsabilidade.

Temo-nos mantido solidamente presentes em todos os rankings internacionais, presença plena que só as Universidades de Lisboa e do Porto também conseguem. Os anos recessivos que temos atravessado são uma dificuldade grande, mas temos conseguido resistir e por vezes até subir. A nossa investigação científica continua sólida, estamos em vias de colocar em andamento um número elevado de plataformas tecnológicas, os projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia continuam a aumentar, a prestação de serviços especializados continua com uma evolução positiva.

Continuamos a liderar destacadamente em Portugal na atração de estudantes internacionais. Este ano letivo houve um pequeno decréscimo do número de novos estudantes provenientes do Brasil, sem dúvida em consequência da forte recessão e convulsão política que assola esse país, mas o número de estudantes provenientes da China aumentou bastante. O número total de estudantes internacionais continua a aumentar.

Impõe-se aqui uma referência ao tema dos refugiados. A Universidade de Coimbra tem estado na linha da frente em Portugal para os receber. Alguns já acabaram o curso. Quero saudar aqui muito especialmente o estudante sírio Mohammad Safeea, que terminou no ano letivo transato o mestrado integrado de Engenharia Mecânica com a média final de 18 valores. Chegado há alguns anos a Coimbra pela mão da Plataforma Global de Assistência a Estudantes Sírios promovida pelo Doutor Jorge Sampaio, está agora a iniciar os seus trabalhos de doutoramento. Temos outros diplomados, já empregados em Portugal e no estrangeiro. Precisamos é de alguma ajuda do Governo, que ainda não produziu uma só norma legislativa que nos ajude a enquadrar estes estudantes. Não custa dinheiro ao Governo, e ajudar-nos-ia muito.

Uma Universidade aberta ao mundo como Coimbra deve aceitar refugiados, como temos feito. Mas deve fazer mais do que isso. Deve manifestar-se contra a intolerância e a onda de racismo e xenofobia que varre a Europa e o mundo. Há criminosos, fanáticos, assassinos entre os refugiados? De certeza. Entre tanta gente, é inevitável que haja alguns. Mas também entre os portugueses há criminosos, fanáticos e assassinos, tal como entre os espanhóis, os franceses, os ingleses, os alemães, os russos, os chineses, os americanos, e todos os outros. É impensável expulsarmos nacionalidades ou raças ou etnias inteiras porque alguns se comportam mal. Ninguém sobraría.

Não quer isto dizer que devemos aceitar que os refugiados que acolhemos possam manter todos os seus costumes. Há algumas normas básicas que eles têm de aceitar, se querem partilhar o mesmo espaço connosco. A separação entre a religião e o Estado. A religião como escolha livre individual, que não pode ser imposta a ninguém, nem aos próprios filhos. A igualdade de direitos entre homens e mulheres. A liberdade de expressão, a liberdade política. Em geral, todas as normas da constituição e da lei portuguesa. Era como se alguém que vem de um país onde se conduz nas estradas pela esquerda quisesse continuar a fazê-lo num país onde se circula pela direita. Ia correr mal.

A UC não deve apenas ser tolerante e acolhedora para com os refugiados. A UC precisa deles, precisa em geral da diversidade. Uma Universidade para a humanidade alimenta-se da diferença, está dependente da diversidade, tão fecunda de novas ideias. É no nosso profundo interesse que devemos receber gente de todo o mundo. Porque a Universidade de Coimbra é uma Universidade aberta ao mundo. É um espaço de saber e iniciativa, é uma Universidade Global.